

EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS POLÍTICO EDUCATIVA: UM PROJETO EM DISPUTA

KOSOKAWA, Wagner
PINI, Francisca Rodrigues
LOUREIRO, Geovana
SANTOS, Eloisa Gabriel dos
ABREU, Janaina M.

RESUMO

O presente artigo problematiza a educação popular que parte das condições concretas e históricas da classe trabalhadora, a fim de promover em conjunto com esta um processo de desvelamento de sua própria realidade e que foi concebida por Paulo Freire como uma educação da práxis, em que os sujeitos partem e se voltam a realidade para incidir sua reflexão e ação, assim, descobrindo neste movimento dialético não só o mundo, mas a si, o outro. A politicidade e a atualidade da educação popular tem sido sistematizada por diversos(as) pesquisadores(as) que demonstram a relevância como projeto em disputa no campo da educação emancipadora do século XXI.

Palavras-chave: Educação Popular. Lutas. Movimentos sociais. Políticas sociais. Politicidade. Resistências.

ABSTRACT

This article discusses popular education that starts from the concrete and historical conditions of the working class, in order to promote together with it a process of unveiling its own reality and which was conceived by Paulo Freire as an education of praxis, in which subjects leave and turn to reality to focus their reflection and action, thus discovering in this dialectical movement not only the world, but themselves, the other. The politicity and timeliness of popular education has been systematized by several researchers who demonstrate its relevance as a disputed project in the field of emancipatory education in the 21st century.

Keywords: Popular Education. Fights. Social movements. Social politics. Politicity. Resistances.

INTRODUÇÃO

Este artigo é concebido em um contexto nacional e internacional da pandemia do Coronavírus (Covid-19), decretado em março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde. E é nesse cenário, que o campo da educação emancipadora do Brasil e do mundo vem organizando o Centenário de Paulo Freire.

Para nós, refletirmos sobre os escritos de Paulo Freire, tendo como eixo orientador, a educação popular, por meio de sua práxis, significa a adoção desse referencial para os processos de socialização da política e indagarmos como a educação popular se inseriu nos processos reflexivos e tem contribuído com a luta para forjar resistências nos diferentes espaços da vida social.

Para Gadotti (1983), o saber desenvolvido na reciprocidade entre sujeitos tem na educação popular um locus transformador.

(...) a Educação só pode ser transformadora nessa luta no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideológica (...). Por que ela pode ser transformadora? Porque o trabalho educativo é essencialmente político e é o político que é transformador (GADOTTI, 1983, pp.162-163).

A perspectiva da educação popular como processo teórico-metodológico, pressupõe apreensão dos princípios formulados por Paulo Freire (2008), e como estes se traduzem na práxis educativa. Diria o autor, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” coerentemente com sua teoria, esse ponto de partida define as relações entre pensamento/teórico e o ato educativo, para que, efetivamente, possa ser assegurado as vozes dos sujeitos no processo. Ter a realidade social como ponto de partida é compreender a problemática concreta de determinado grupo e suas necessidades, do conhecimento que já possui sobre determinado tema e do nível de consciência do grupo, para coletivamente aprofundarmos o conhecimento (FREIRE, 2008).

Tais elementos teóricos são problematizados no círculo de cultura, de modo que cada sujeito desse processo possa se ver representado nessas leituras, em busca de uma visão mais ampliada acerca da realidade. Desse processo, os temas geradores emergem e a teorização sobre o trabalho profissional permite descobrir as contradições internas desse trabalho, ir além da aparência dos fatos até alcançar seus aspectos essenciais, passando do conhecimento empírico ao conhecimento teórico.

Assim, o cotidiano vai sendo lido dentro de um conjunto da totalidade social, fazendo um movimento complementar à ação-reflexão-ação, que sai da particularidade para a generalidade; do específico para o global; do micro para o macro. Esse processo de confrontar nossos conhecimentos com outros conhecimentos contribui para a reflexão e reinterpretações da teoria, possibilitando-nos ampliar nossa visão de mundo e nosso trabalho profissional.

Nesse movimento dialético, a educação popular promove o reconhecimento de cada sujeito como um sujeito coletivo, os quais, mediados pela realidade,

constroem um conhecimento coletivo crítico, permitindo uma tomada consciente e, conseqüentemente, incidência coletiva na realidade.

Assim, educação popular como práxis político-pedagógica é uma concepção em disputa e possibilidade de resistência, tanto na atuação direta dos movimentos sociais, quanto no trabalho profissional com a população nas diversas políticas sociais. Intervenção cotidiana exigente, mas quando mobilizada com os sujeitos políticos aponta para um processo de construção democrática e reconhecimento das diferentes culturas como constructo humano.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA

Paulo Freire dedicou sua vida à elaboração e realização de uma práxis educativa crítica e uma autêntica filosofia da práxis, corajosa, amorosa e transformadora da realidade, por meio de um ato educativo, que pressupõe princípios e valores que asseguram uma construção humana permeada de dialogicidade, rigorosidade metódica, ética e criticidade.

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, antes de tudo como crítica do “senso comum” e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de induzir ex novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar crítica uma atividade já existente) [...] (GRAMSCI, 1978, p. 18).

Essa forma de estar no mundo parte do reconhecimento de si e do outro, para juntos transformarem relações sociais opressoras. Essa radicalidade de estar com o outro se inscreve no devenir histórico da realidade, e submetido a reflexão e ação da transformação pelos próprios sujeitos políticos.

Uma educação que parte das condições concretas e históricas da classe trabalhadora, a fim de promover em conjunto com esta um processo de desvelamento de sua própria realidade foi concebida como educação popular em que educadores(as) e educandos(as) se relacionam de forma horizontal. Mediatizados pelo mundo, estes sujeitos partem e se voltam a esta realidade, assim, descobrindo neste movimento dialético não só o mundo, mas a si, o outro; quais as relações estabelecidas entre o mundo e a si próprio e os outros, para forjar lutas e resistências contra qualquer forma de exploração e opressão.

Neste processo, os sujeitos de forma conjunta e com todos os participantes ativos do processo desnudam os véus tenebrosos e manipulados que lhes sempre foram mostrados no mundo. “É neste momento que se reconhecem na situação de “oprimido” descobre-se em uma realidade que o esmaga e o desumaniza, que impede a sua vocação histórica e ontológica de “ser mais” “. (FREIRE, 2019).

A sua realidade, que antes era vista como algo natural, estática, agora é vista como social e histórica. O obra de Paulo Freire (1921-1997) se soma como parte fundamental da contribuição política e intelectual, preocupada com a transformação do mundo, em especial, no século XX, período que o historiador Eric Hobsbawm (1995) denominou de a “Era dos Extremos”, situando desde o avanço do desenvolvimento capitalista, passando pelas revoluções socialistas e as lutas anticoloniais da metade do século XX, bem como o fortalecimento do sistema de defesa e soberania dos povos após a promulgação da Declaração de Direitos Humanos de 1948, e o reconhecimento da autonomia dos povos, suas origens culturais, políticas, econômicas, entre outras.

No mesmo sentido, Antonio Gramsci (1891-1937), intelectual italiano, entre os anos de 1913 e 1934, buscou compreender as mudanças contemporâneas que ocorriam na base da sociedade capitalista, a centralidade do Estado, a constituição de sociedades políticas e a função social da sociedade civil na questão da hegemonia, em sociedades capitalistas desenvolvidas, como o caso da Itália.

Em seu trabalho sobre a “concepção dialética da história”, sua abordagem sobre a filosofia da práxis, afirma que

filosofia, política e economia, se estas três atividades são os elementos constitutivos de uma mesma concepção de mundo, deve existir necessariamente em seus princípios teóricos, convertibilidade de uma para outra, tradução recíproca na linguagem específica própria de qualquer elemento constitutivo: um está implícito no outro e todos, em conjunto, foram um círculo homogêneo. (GRAMSCI, 1978, p. 113).

Seu foco é no método, pois considera que toda concepção de mundo tem origem naqueles que a fundaram e, portanto, o trabalho filosófico compreende mergulhar, garimpar e analisar seus fundamentos sem preconceitos ou visões preestabelecidas de mundo, afim de permitir uma análise da constância, que permanece na narrativa histórica como um fato real ou universal no imaginário societário, assim como são as narrativas das classes dominantes sobre seus feitos heroicos ou a ausência da massa popular na construção da riqueza das nações. Para Gramsci, estabelecido o método, tanto análise quanto a ação poderiam ser orientadas por premissas libertadoras.

Desta forma, descobre-se que a situação de opressão, de “ser menos” é uma viabilidade histórica. E por mais desumanizante e sofrida que seja estar nela – e ainda mais se reconhecer nela – é necessário para descobrir uma possibilidade construída na história da sociedade: não é destino natural e fadado à eternidade.

Se a desumanização é viabilidade, o seu contrário: a humanização – a libertação e superação da condição oprimidos-opressores também se faz possibilidade.

Esta superação não pode dar-se, porém, em termos puramente idealistas. Se se faz indispensável aos oprimidos, para a luta por sua libertação, que a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de “mundo fechado”

(em que se gera o seu medo da liberdade) do qual não pudessem sair, mas uma situação que apenas os limita que eles podem transformar, é fundamental, então, que, ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora. (FREIRE, 2019, p. 48)

É neste processo de tomada e desenvolvimento de consciência, de desvelamento das situações concretas de opressão e dominação, mas também da sua possibilidade de superação que a educação popular se apresenta como práxis para as lutas dos movimentos sociais e da educação pública democrático-popular.

Ao propor como desafio a ser superado a desumanização dos condenados da terra (FANON, 1979) também se põe como desafio: “como fazer essa luta pela libertação humana?” Resposta a quem cada um - respeitando sempre a autonomia de cada ser, tão importante e implicado como parte fundamental no processo - ou coletivamente atribui e constrói de sua maneira.

Pode ocorrer que após o descobrimento da situação de opressão a pessoa escolha ausentar-se da inserção nas lutas sociais, por uma série de motivos: desde a introjeção e a sombra da ideologia do opressor que ainda hospeda em si, como por condições concretas que obstaculizam a sua participação. Entretanto, obrigar a sua participação seria ferir o princípio de autonomia primordial na práxis educativa. A sua decisão, de forma consciente e crítica, sempre deve ser respeitada (FREIRE, 2019, p. 59)

A essência do seu pensamento está na formulação de que outra educação e mundo são possíveis, mas exigem tomada de consciência das relações de opressões presentes nas várias dimensões da vida. Os processos de participação políticos são coletivos, mas a tomada de consciência é do sujeito e pressupõe tempo para o seu amadurecimento.

Aqui, cabe registrar que a educação popular concebida no Brasil, por Paulo Freire, atravessou fronteiras. Primeiramente, nos demais países da América Latina e, posteriormente, nos países do continente africano, de língua portuguesa, os quais Paulo Freire estreitou laços e construiu fecundos trabalhos emancipatórios, conforme sistematizado na obra *Cartas à Guiné-Bissau* (FREIRE, 2011).

A educação popular nasce historicamente vinculada e quase como resposta às demandas dos movimentos sociais populares, em um momento de ascensão popular política. As contribuições teóricas de Paulo Freire são, sobretudo, acúmulos de suas experiências concretas no desenvolvimento da práxis educativa com os movimentos populares e seu engajamento e militância política.

A práxis educativa não se faz potência só na formação e organização das lutas sociais, ao instigar que mais pessoas se comprometam com ela como parte do processo de luta pela emancipação humana, mas também se faz potência dentro das lutas e movimentos já estabelecidos. A práxis na constituição dos grupos pode gerar relações mais horizontais dentro dos movimentos; a partir de um diálogo horizontal e de luta vai tecendo relações éticas e impulsionadora de outras sociabilidades.

Nesse contexto, cada sujeito vai tomando parte do processo e exigindo que suas vozes componham o coro da construção coletiva, sendo que suas demandas, anseios,

medos, vivências e necessidades sejam postas no debate como desafios a serem superados coletivamente. E cada vez mais estabelecendo um vínculo de confiança, o qual engaja cada dia mais cada sujeito na luta por direitos, potencializando o trabalho coletivo como um todo.

O processo da práxis da educação popular tem tanto a contribuir no sentido de potencializar as lutas sociais em prol do desvelamento da realidade, como também é elemento fundamental para as lutas sociais pela emancipação política e humana. Ao contrário, teríamos uma falsa humanização “dada”, de forma mecânica, e que muito se assemelha às práticas de dominação e alienação realizadas hoje (FREIRE, 2019).

Mais do que isso, a práxis educativa crítica proporciona uma autêntica experiência democrática, a qual fomenta cada vez mais o movimento popular para que seus representantes ocupem e constituam os espaços democráticos de gestão pública disponíveis com a sua práxis verdadeiramente democrática, rompendo com os históricos traços que estes espaços têm de hierarquização e paternalismo. Seja por meio dos conselhos deliberativos de políticas sociais ou até mesmo lançando candidaturas nas eleições para representantes das diversas esferas de governo.

As políticas públicas – sua gestão e formulação – se fazem importante lugar de disputa e correlação de forças, já que são instrumentos essenciais que devem atender às demandas concretas da classe trabalhadora, de forma a fornecer importantes elementos – materiais ou não – para cada vez mais a sua emancipação ou o contrário, reforçar relações paternalistas e assistencialistas que contribuem para a situação de dominação e opressão.

ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO POPULAR: LUTAS E RESISTÊNCIAS

Assim, como parte constitutiva das elaborações centrais de Paulo Freire, a educação integra a correlação entre a estrutura e a superestrutura das sociedades modernas no capitalismo, sendo composta de formas de dominação que recorrem mais ao consenso e menos a coerção, em que os modelos educacionais formais estão sujeitos a políticas de estado guiadas por projetos e programas do bloco histórico dominante. Por isso, disputar a concepção de educação é central para a direção do país.

É ingenuidade imaginar qualquer organização política gerindo o Estado com “neutralidade” da política e do processo educacional. Percebemos essas influências na contemporaneidade da sociedade brasileira, em particular, no período marcado pelo golpe de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, quando o movimento denominado “Escola sem partido” reivindicava a “despartidarização” e o que consideram influência “marxista” na escola pública. Isso vem no esteio das “fake news” e do negacionismo científico, que move e promove movimentos fascistas atuais e expressam a visão teórica e de ação eclética, pela qual a classe dominante buscou reestabelecer o controle do Poder Executivo Federal nesse período da nossa história.

Esse retorno na conjuntura atual serve para situar que a disputa de narrativas e

de projetos societários, no seio da sociedade civil, está presente e em movimento – mesmo que em grau e tempo diferenciados, e que reafirmou certos valores burgueses, agora com mecanismos comunicativos permeados pelo individualismo das redes sociais na internet, utilitário para os interesses da classe dominante vigente, nesse caso, para derrotar um inimigo que seria representado pelos partidos de esquerda, em especial, os governos do PT (Partido dos Trabalhadores) – e busca avançar seu projeto, reorganizando uma massa que tem identidade programática, apesar de estar passiva, mas que reestabelece sua “consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática se unificam” (GRAMSCI, 1978, p. 71). Isso tem sido a máxima nas várias expressões das organizações que se autodefinem de direita.

Analisando o tempo presente, há necessidade das forças progressistas, que almejam denunciar a exploração e todo arcabouço de opressões desta sociedade, transformar, de modo de modo a a construir contra hegemonia, sem confundir os recursos e instrumentos necessários para o diálogo coletivo e ressignificando o conhecimento, sua socialização e seu caráter libertador.

A atualidade nas contribuições de Gramsci e sua correlação com o pensamento freiriano podem ser vistos quando analisamos os elementos teóricos com os quais ambos trabalharam em tempos e momentos históricos diferentes. Desde a dialética crítica, o assentamento do presente no estudo do passado (materialismo histórico), a reflexão necessária da incorporação da massa ao processo e ao projeto societário de sua emancipação, em que ambos tem na educação não um fim em si, mas nas palavras do próprio Gramsci, em que “toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica” (1978, p.37) e no referencial de Freire (2008) “a educação sozinha não transforma o mundo, mas transforma as pessoas e pessoas podem coletivamente transformar o mundo”. Assim, podemos ampliar o horizonte destes pensadores que se entrecruzam nos caminhos da história e produzem sementes de consciência sócio-histórica e de continuidade desse movimento por uma sociedade sem opressão e exploração, por meio da educação popular.

Estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter [...] um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade da qual e com a qual estão. (FREIRE, 1983, p. 65).

Nessa perspectiva, a concepção de educação aparece para problematizar a relação contraditória na sociedade de classes, em que há apropriação do trabalho de uma classe para acúmulo de riqueza, geração, assim, exploração.

Neste contexto, a Educação Popular se coloca na contramão da concepção de educação dominante, que é forjada pelos(as) trabalhadores(as) explorados. Daí reside o pavor das classes dominantes de verem as classes populares acessarem

a riqueza cultural e científica construídas pela humanidade, pois é uma forma de quebrar as correntes da exploração e opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Popular é comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática, socialmente referenciada em uma teoria crítico-emancipatória e possui um compromisso consciente com as classes populares. O seu campo de disputa é o currículo e a gestão democrática, uma vez que reconhece que na construção do conhecimento há uma relação de alteridade e que a participação dos sujeitos que compõem o processo educativo é horizontal, crítico e participativo.

As culturas estão presentes de diferentes modos e são reconhecidas como integrantes do gênero humano. Podemos dizer que a Educação Popular é uma concepção de educação libertadora, que emergiu dos movimentos e das lutas populares do Brasil e dos demais países da América Latina e conquistou outros continentes pela radicalidade de romper com as formas de dominação da cultura.

Esta concepção de educação, em tempos de barbárie, fortalece o projeto de educação emancipador articulado com os projetos dos movimentos sociais e populares que estão na trincheira de luta e resistência, pela igualdade, liberdade, democracia e justiça.

Comemorarmos o centenário de Paulo Freire nos possibilita releituras de clássicos que influenciaram sua obra, como o intelectual italiano Antonio Gramsci, e aprofundarmos as análises dos elementos teóricos formulados por ambos, em cada tempo histórico para extrairmos de cada um o que é essencial e prosseguirmos na disputa pela concepção de uma educação popular crítica em todas as políticas e movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 8 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**. Um estudo introdutório. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983.
- GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol. 3**. trad.: Carlos Nelson Coutinho. 7 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. trad.: Carlos Nelson Coutinho. 4 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOBBSAWM. Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

Wagner Kosokawa é assistente social da Prefeitura de Guarulhos (SP) e professor do Curso de Serviço Social da UNG. Mestre em Serviço Social pela PUC/SP. Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC (Universidade Federal do ABC - SP). Pesquisa de Doutorado sobre a Rede Brasileira do OP e as experiências de participação social. Pesquisador nas áreas de concentração: Democracia participativa, movimentos sociais e populares e políticas públicas e cidadania. Contato: wagnerhosokawa@gmail.com

Francisca Rodrigues Pini é assistente social, professora da Unifesp. Integrante da Comissão da educação em Direitos Humanos de São Paulo. Condepe. Integrante do Grupo Estudo, Pesquisa e Extensão sobre crianças, adolescentes e famílias (GCAF/Unifesp). Contato: pinifrancisca@gmail.com

Geovana Lúcia Batista Loureiro é estudante de Serviço Social da UNIFESP; trabalha com educação em saúde na Secretaria de Saúde de Santos; desenvolve atualmente trabalho de conclusão de curso na área de Educação Popular e Serviço Social sob orientação da Prof^a. Dr^a. Francisca Pini. Contato: glb.loureiro@unifesp.br

Eloisa Gabriel dos Santos é assistente Social da Prefeitura de Diadema. Professora da FMU. Integrante do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade Federal do ABC NEAB/UFABC. Pesquisadora de Gênero e Política de Assistência Social. Contato: eloisagabriel30@gmail.com

Janaina M. Abreu é comunicadora social e especialista em Marketing (Universidade Metodista de São Paulo). Diretora de Comunicação do Instituto de Educação, é integrante da Comissão Estadual e da Comissão Municipal de Educação em Direitos Humanos de São Paulo. Condepe. Contato: janaina.abreu@paulofreire.org